

'Pacificação não se deu por falta de vontade de Lula e da oposição'

Michel Temer

'Faltou vontade política do presidente Lula e da oposição para pacificar'

— Na visão do ex-presidente, há no Brasil, hoje, mais do que a polarização, uma radicalização



DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO - 6/5/2024

ENTREVISTA

Ex-presidente da República e da Câmara, Temer (MDB) foi vice de Dilma Rousseff, alvo de impeachment

MONICA GUGLIANO ELIANE CANTANHÊDE

Três vezes presidente da Câmara dos Deputados e presidente da República após um conturbado processo de impeachment presidencial, o segundo em 25 anos no Brasil, Michel Temer acreditava que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva iria fazer uma espécie de redenção nacional durante seu terceiro mandato, unindo um País que vem sofrendo com esse rompimento social desde 2013. Não foi isso o que aconteceu, lamenta o político.

Apesar da decepção, Temer reconhece que a falta de vontade política não ficou apenas na conta de Lula. "Foi a oposição que radicalizou? Eu não saberia dizer. Mas acho que foi. Faltou vontade política de um lado e do outro", analisou o ex-presidente em entrevista exclusiva ao Estadão.

Veja os principais trechos da entrevista:

O que o senhor está achando desta confusão entre Legislativo, Executivo...?

Não é por culpa nem do presidente da República, nem evidentemente por conta dos presidentes da Câmara e do Senado, o clima que se criou...

Não é só um mal-estar entre Executivo e Legislativo, é entre Executivo, Legislativo e Judiciário, não?

Tem razão. Mas para governar, quem manda no País é o Executivo com o Legislativo. O Judiciário só comparece quando provocado, e aí tem que dar uma decisão. Mas ele não é um agente governativo do País.

O Supremo hoje é acusado de ser quem manda no

País.

É uma acusação inadequada. Por que o Supremo se intromete em tudo? Porque como a Constituição é muito detalhista, todas as questões vão parar no Supremo. O segundo ponto é que a jurisdição é inerte, mas quando ela é provocada, tem que decidir. Lamento dizer que muitas vezes a classe política provoca muito o Supremo. O que se pode é criticar uma ou outra decisão do Supremo sob o foco jurisdicional. Era Rui Barbosa quem dizia: "O Supremo tem o direito de errar por último".

Há um excesso de críticas ao Supremo?

Crítica tem. Não há dúvida. E essa crítica deriva do que se estabeleceu no País em meio a um conflito muito grande entre dois setores, isto todo mundo sabe. A polarização é útil quando simboliza conflito de ideias, de programas. Mas o que há no País é radicalização, é ela que opera os conflitos. Quando a Constituição diz que todos são iguais perante a lei, não significa que não haverá divergência. A divergência tipifica a democracia.

A radicalização é puxada pela oposição?

A oposição existe para ajudar a governar na democracia. Ela critica, observa, contesta, contraria. Na Inglaterra, por exemplo, você tem o shadow cabinet, que é um gabinete que se forma (pela oposição) em paralelo ao gabinete da situação para criticar e ajudar a governar.

No Brasil não é assim...

Não. A oposição tem um sentido político, ou seja, se eu perder a eleição, o meu dever é destruir aqueles que ganharam. Tanto que o vocábulo "herança maldita" se incorporou ao vocabulário político do País. Se você examinar desde o (ex) presidente (José) Sarney até hoje, cada um fez uma coisa útil. O que se estabeleceu no País não é agora, mas lá de trás foi uma radicalização brutal. Cada governo que chega, quando crítica o anterior, não está ajudando a harmonia do País. O presidente Lula vive falando do (ex) presidente. Ele é quem

mais divulga o Bolsonaro. Imagina se eu fosse fazer isso no meu governo, quando as pessoas me criticavam...

O que o senhor acha das emendas que estão no Congresso criando a possibilidade de impeachment e tentando definir mandato aos ministros do Supremo?

O impeachment já é previsto. Se houver uma representação do Senado, pode haver um processo de impeachment de ministro do Supremo. A questão do mandato é uma coisa antiga. Na Constituinte, eu sugeri uma emenda propondo nove membros para o Supremo, que seria uma Corte exclusivamente constitucional. Seriam indicados três pelo Legislativo, três pelo Executivo e três pelo Judiciário, com mandato de 12 anos. Não foi aprovado. Digo que se fala isso achando que os ministros atuais são responsáveis por esse quadro? Não. É porque o quadro político institucional está radicalizado.

O que se vê é a troca de acusações, brigas...

Cada um ficando no seu quadrado ajuda muito o País, porque as pessoas têm que ter ciência e consciência da posição que ocupam. Quando eu era presidente, era para todos.

"A polarização é útil quando simboliza conflito de ideias, de programas. Mas o que há no País é radicalização, é ela que opera os conflitos"

"Alexandre de Moraes é um grande constitucionalista. Sou obrigado a dizer que, se não fosse a atuação jurídica e corajosa do Alexandre de Moraes, talvez não tivesse havido eleições. Ele faz um papel adequado"

Michel Temer Ex-presidente da República

Havia uma posição institucional para me derrubar. Não conseguiram, eu passei a faixa. Mas houve uma tentativa brutal, sabe por quê? Porque, em certas ocasiões, eu não dava atenção ao que diziam.

No começo do governo Lula, o senhor defendeu um movimento de união nacional. Lula assumiu com esse discurso, mas nada aconteceu. O que faltou? Faltou ação.

Ação do presidente Lula?

Houve um equívoco, uma distância entre a palavra e a ação. Eu achei que ele faria uma espécie de governo de redenção. Ele declarou: "eu vou pacificar o País", o que significa governar para todos os brasileiros. Não significa que não haverá divergência.

O que o senhor acha que aconteceu com Lula?

Acho que faltou talvez um pouco de vontade política de um lado e, de outro lado, o Brasil já estava radicalizado. Houve agressão de todos os lados. Teve também aquele 8 de janeiro, que foi um desastre, porque era uma invasão de prédios públicos, numa tentativa de eliminar os Poderes, o que é gravíssimo. É um atentado à democracia. Não há dúvidas sobre isso.

O que está acontecendo com essa radicalização ou polarização em que um põe gente na rua e o outro não?

Se Bolsonaro coloca tanta gente na rua, não se pode negar prestígio. Agora, não se podem negar as circunstâncias em que Lula foi eleito. Teve a maioria dos votos, mesmo com pequena diferença.

O senhor disse que a situação do País já foi pior e que agora houve uma melhora. Por quê?

O (Fernando) Haddad (ministro da Fazenda) está fazendo o possível. A economia tem perspectiva de ir bem. Não vai indo bem ainda. Qual é a vantagem do teto para os gastos públicos que eu fiz? Reduz a dívida pública. Agora não é mais teto, é arcabouço, que na verdade é o teto readaptado.

O senhor acha que é possível conviver com essa situação, onde o ministro da Fazenda é desautorizado pelo presidente e pelo próprio partido do governo? Isso atrapalha. No meu governo, quando havia uma pequena faísca entre um e outro ministro, eu juntava na minha sala os dois para conversar.

Como o senhor vê a atuação e as polêmicas em torno do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo?

Alexandre de Moraes é um grande constitucionalista. Sou obrigado a dizer que, se não fosse a atuação jurídica e a corajosa do Alexandre de Moraes, talvez não tivesse havido eleições. Ele faz um papel adequado. É interessante que ele agora começa a amenizar algumas situações, está liberando gente, não é? Acho que ele é competente para tanto.

O senhor acha que a Segurança Pública será um tema central na campanha deste ano?

Em certas capitais, não tenho dúvida. O que não se pode é transformar uma eleição municipal em uma disputa nacional, porque você tem que pensar no município.

O senhor tem conversado sobre isso com o prefeito Ricardo Nunes (MDB), que disputa a reeleição?

Eu digo: "Você tem que mostrar a razão de ser bom viver em São Paulo". É para o município de São Paulo, não de Alagoas, nem do Ceará.

O que uma aliança em torno de Nunes significa em termos de apoio futuro para Tarcísio de Freitas?

Se houver essa conjugação agora, ela vai estabelecer uma reunião de forças políticas para a próxima eleição. Quem vai ser o candidato? Não se sabe ainda. O Tarcísio (governador de São Paulo), evidentemente, é um nome muito cogitado. Ele tem classe, sabe o que diz, é muito disciplinado, estuda as questões antes de falar. No meu governo, ele foi um dos responsáveis pelo programa de parceria e investimentos.●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 8